

adquire, nesta conjuntura, agudeza e importância excepcionais sob o peso de incontido processo de empobrecimento das massas e a influência subterrânea e atitante dos extremismos destrutivos.

Dai o relêvo e o primado que atribuo, nestas circunstâncias, aos fatos de natureza econômica, como condição para que se realize, num sistema de vasos comunicantes, o equilíbrio das economias regionais e para que se concretizem os ideais de justiça social.

Graves e pesadas — repito — são, portanto, as responsabilidades que incumbem aos Poderes da República nesse setor: dar organicidade e eficiência ao fortalecimento econômico das regiões menos desenvolvidas do País; estancar a sangria que exaure as possibilidades e solapa as esperanças do povo, lançando o fermento de agitações de conseqüências imprevisíveis.

Não serão, certamente, as leis de sentido apenas jurídico, sem assento na realidade econômica, que é irresistível, nem o falso e exacerbado nacionalismo, que toque as raízes da xenofobia, ou sequer o recurso às lutas de classe e a fórmulas avessas à nossa formação cristã, que irão constituir as armas de combate à crise que nos envolve e tolhe.

Salta à evidência que os acontecimentos políticos encontram suas raízes em causas fundamentais de ordem econômica e social. E que soluções de compromisso e a terapêutica sintomática, podendo, embora, trazer momentâneos desafogos, não devem ser indefinidamente utilizadas.

Já não cabem contemporizações. Nem aproveita transferir para o futuro problemas que paliativos e expedientes de circunstância não alteram, antes agravam, e que, logo, de novo estarão sob nossas vistas.

Possuimos, sem qualquer dúvida, tôdas as condições e recursos capazes de permitir que nossa evolução se processe dentro de esquemas democráticos, sem os riscos maiores de abalos e revoluções, sem o preço da própria liberdade. Urge que os utilizemos, que não sejamos omissos ou reacionários.

É preciso que se discipline a acumulação imoderada e improdutiva de bens materiais. É necessário que nos disponhamos, neste momento, a oferecer nossa parcela de sacrifício para que não sejamos, todos, despojados dos bens espirituais que cimentam e alicerçam nossa sociedade.

Essa atitude se impõe se não apenas pelas mais prementes condições de nossa situação interna, também porque cada vez mais cresce o Brasil no cenário internacional e cada vez mais se faz sentir sua presença no mundo contemporâneo. Por essa razão, já na mensagem que dirigi a esta Casa, há um ano, acentuava que não somos uma Nação ignorada, situando-nos, ao contrário, num mundo convulsionado pelo entrelaço de ideologias e interesse, em que se disputam primados, se destroem princípios e se substituem conceitos e em que os interesses da comunidade e os problemas do Governo, sujeitos que estão às contingências a que não nos poderemos furtar, das mutações que se operam no plano social e econômico, não mais se compadecem com soluções ditadas por critérios que se abstraíam da realidade universal. Cumpre-nos, em suma, que nos premunamos dos meios que, preservando nossa soberania, assegurem a realização das aspirações de um povo jovem que deseja progredir.

Espera-se dos dirigentes do País, nesta hora sombria, mas não irremediável, neste momento difícil e angustioso, mas não de desânimo e desesperança, que enfrentem e dêem remédio a problemas já perfeitamente identificados, embora árduos e complexos, que conjugam seu peso na configuração desta conjuntura sócio-econômica de cuja solução dependem nosso porvir de Nação livre e nossas legítimas aspirações a um nível superior de vida, em que todos compartilhem dos benefícios da civilização e da cultura, lastreados por uma sólida economia.

Entre esses problemas, os de natureza monetária, através de conveniente política de câmbio; do fortalecimento de nossa posição no mercado mundial; de vigoroso combate ao processo inflacionário pela contenção dos deficits orçamentários mediante a dinamização dos ingressos públicos, pela reforma tributária, e a necessária política seletiva na realização da despesa, além da adoção de adequada política creditícia.

Paralelamente, será preciso imprimir, de maneira efetiva, às atividades do Governo, aquele sentido promocional do progresso econômico; e fazê-lo de forma que atenda plenamente a esse objetivo, mas guarde compatibilidade com a essência de nosso regime institucional, introduzindo as necessárias reformas sociais que os tempos exigem. Em primeiro lugar, insisto em que, a meu ver, aqueles mesmos princípios e aquela mesma técnica que se prevêm no Plano Diretor da SUDENE, e que outra coisa não são senão princípios e técnica de planejamento, instrumentos de trabalho científico e organizado, sejam generalizados para que abranjam a atividade do Governo da União, exercida em todos os pontos do território nacional. Sem pretender, por qualquer

modo, estabelecer paralelos, eis que, pelo domínio dos instrumentos, que mantêm para fazer face à conjuntura, avultam os problemas e as responsabilidades da União, permito-me invocar o exemplo de São Paulo, onde, abandonadas a rotina e a improvisação, se implantou a administração planejada segundo um programa de trabalho financiado quase totalmente pelos recursos normais do orçamento, cujo equilíbrio sempre se manteve sem o agravo da pressão tributária e, portanto, sem que se constituíssem os investimentos em fator adicional da inflação da moeda.

O Plano de Ação, elaborado e pôsto em prática pelo Governo de São Paulo e já na fase do quarto ano de execução, não só imprimiu à atividade administrativa um grau considerável de rendimento social, como tem contribuído, pelos investimentos de infra-estrutura e pelos financiamentos previstos para os setores de produção e abastecimento, para que se fortaleça a economia da Nação. O alto sentido de brasilidade desse planejamento se afere, além disso, pelo fato de que as obras de desenvolvimento da rede de energia elétrica projetam seus benefícios além das divisas do Estado, o que ocorre com a Usina Lucas Nogueira Garcez, que serve a vinte e cinco municípios do Paraná e a Usina de Urubupungá, que fornecerá energia a regiões dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná e Minas Gerais, devendo, no futuro, entrosar-se os sistemas hidrelétricos de São Paulo e Minas, para que constituam a espinha dorsal do desenvolvimento de vasta área do País, pela interligação natural dos sistemas das Usinas Elétricas do Parapanema, da Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo e das Centrais Elétricas de Urubupungá, em território paulista, com os das Furnas e Três Marias, em Minas Gerais e com o de Paulo Afonso, na Bahia.

Essas considerações são feitas para demonstrar, com o fruto da experiência paulista, o que se poderá esperar da ação do Governo Federal, em prol de nosso desenvolvimento econômico, superados que devem reputar-se os erros do passado, e que ao passado pertencem, e definitivamente adquirida, agora, como também se espera, a mentalidade desenvolvimentista renovadora, diante dos efeitos desastrosos de uma situação de injustificável descalabro a que tradicionalmente nos conduziram a demagogia, a negligência e incúria e, por vezes, a má fé.

Não bastam, porém, essas medidas. Outras se impõem, ainda com relação à política econômica do Governo, no incentivo, que lhe cabe promover, do aumento da produtividade e, em particular, com relação ao problema social, de modo a ser proporcionado às classes trabalhadoras, ao operário do campo, aos assalariados em geral, tão duramente sacrificados nas atuais circunstâncias, o bem estar a que têm direito.

Manifestei, de público, minha opinião acerca da disciplina da remessa de lucros para o exterior, opinião que não destoia do parecer de insuspeitos e autorizados economistas.

Situo-me, sem sombra de dúvida, na linha do nacionalismo econômico como forma de resguardo de nossa soberania e de proteção das nossas riquezas. Penso, mesmo, que uma só poderá ser nossa atitude a esse respeito: a de firme e sobranceira intransigência.

Não compartilho, porém, nem poderia fazê-lo sem trair minha própria consciência, da deturpação que, invertendo o sentido desse princípio, poderá torná-lo, ao revés, e paradoxalmente, em instrumento de intolerância capaz de empecer e retardar o aproveitamento de nossas riquezas, a expansão de nossa economia, o fortalecimento e a projeção de nosso País.

Discipline-se, sim, a aplicação de capitais estrangeiros, condicionando-a à ampliação efetiva de nossa capacidade de investimentos. Façamo-lo, mesmo, com rigor. Não repilamos, porém, pura e simplesmente esses capitais, quando é certo que a poupança interna se mostra insuficiente para propulsionar nosso desenvolvimento e incapaz, por si só, de elevar a nossa taxa de progresso material; e que, desviada para novos investimentos, reduzirá, fatalmente a taxa de capitalização.

Tenho também para mim que a ação governamental e o suplemento dos capitais estrangeiros de nenhum modo se opõem à livre empresa, cuja capacidade criadora permitiu que nesta região se constituísse uma estrutura econômica mais sólida e aqui se criassem mais favoráveis condições de vida. A atividade privada, porém, não resta dúvida que deve ser regada de modo a coibir-se o abuso do poder econômico, a espoliação das massas, e de forma a que sirva o lucro, que resulta de fatores de que participa o trabalho, a uma política de reinvestimentos que acelere o desenvolvimento e permita, de pronto, minorar as agruras dos trabalhadores. Esta é uma das faces da reforma social que não pode ser retardada.

Aspecto que não deve, igualmente, ser descurado, é o da maior produtividade agropecuária, além de tudo necessária para o fortalecimento do mercado interno pelo acréscimo do poder